

X LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

**Relatório da Audiência concedida à Associação dos Industriais de Aluguer de Automóveis sem Condutor**

Aos seis dias do mês de Maio de dois mil e nove, reuniu, pelas 19h, a Subcomissão de Turismo (SCT), sob a Presidência em exercício da Sra. Deputada Hortense Martins, para receber em **Audiência a Associação dos Industriais de Aluguer de Automóveis sem Condutor**. A reunião contou com a presença dos Senhores Deputados constantes da respectiva folha de registo.

A delegação da ARAC era composta por:

- António Castanheira, Director;
- Joaquim Robalo de Almeida, Secretário-Geral.

A Sra. Deputada Hortense Martins (PS) deu as boas vindas à Delegação da ARAC, apresentou os Srs. Deputados presentes, informou a cerca do modo de condução dos trabalhos e passou, de seguida, a palavra à delegação da ARAC.

Em nome da ARAC interveio, primeiramente, Joaquim Robalo de Almeida, expondo a preocupação que motivou o pedido de audiência: preocupação quanto à entrada de empresas estrangeiras no mercado nacional, sem que a sua actividade seja devidamente tutelada e inspeccionada pelo Estado, através do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT). Realçou a necessidade de a fiscalização ter um carácter contínuo, dando como exemplo a que é levada a cabo pelas autoridades espanholas. Referiu ainda a necessidade de redução do Imposto sobre Veículos (ISV), sublinhando que este tipo de benefícios fiscais existem em Espanha e que, para as empresas serem competitivas é preciso haver condições nesta matéria. Por último, levantou a questão do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) dos contratos de aluguer que, segundo a ARAC, deveria ser dedutível na óptica do consumidor, quando se trate de *rent-a-car*.

O Sr. Deputado Nuno da Câmara Pereira (PSD) começou por cumprimentar a delegação da ARAC. Considerou esclarecido o motivo da audiência, frisando que a discrepância relativamente aos impostos cobrados em Portugal e em Espanha é uma situação há muito conhecida. Referiu que a matéria em causa iria ser estudada, dada a sua pertinência.

A Sra. Deputada Hortense Martins interveio de seguida, sublinhando essencialmente, que:

- a) Já fora dado conhecimento ao Governo e entidades competentes da existência de problemas de concorrência e fiscalização;
- b) A harmonização fiscal, a nível Europeu, é difícil de alcançar, nomeadamente porque os países partem de situações desiguais em termos de criação de riqueza e cobrança fiscal.

Referiu, ainda, que a SCT tem seguido o problema em análise com a merecida atenção, nomeadamente na sequência da audiência com a ARAC durante a apreciação do Orçamento de Estado para 2009.

António Castanheira, Director da ARAC, referiu não se tratar de harmonização fiscal, mas sim do facto de o aluguer de automóveis na componente turística, em Espanha, não pagar impostos.

Mencionou também que estão a entrar cada vez mais empresas no mercado nacional. Por último, deu conta do caso particular do Algarve, enquanto região transfronteiriça com Espanha.

Usou ainda da palavra Joaquim Robalo de Almeida, para alertar para a necessidade de uma actuação célere, uma vez que já se encontra em discussão na União Europeia uma proposta de directiva que permite o re-aluguer de veículos. Frisou, mais uma vez, a importância de serem criadas condições para assegurar a competitividade em matéria fiscal, sobretudo face a Espanha.

A Sra. Presidente em exercício agradeceu a exposição efectuada e os esclarecimentos prestados, assegurando o empenho da SCT em acompanhar estas matérias.

A reunião foi dada por encerrada pelas 19h30, dela se tendo lavrado a presente acta que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 6 de Maio de 2009

**A PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA SUBCOMISSÃO**

***Hortense Martins***

Nota: Aprovado na reunião de 21 de Julho de 2009.